

## 1

### Confissões de um Doutorando

1ª confissão: Foi muito difícil chegar até aqui.

2ª confissão: Sou muito otimista.

Neste capítulo, à guisa de introdução, pretendo expor um pouco do percurso que me levou ao tema desta tese de doutorado; estabelecer um breve histórico da atuação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), antes da gestão de Anísio Teixeira; marcar a inflexão dos rumos institucionais após a posse de Teixeira no INEP; assinalar a importância do processo de mudanças que culminou com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais; identificar o espaço desta tese no conjunto de trabalhos que se voltam para a historiografia da educação brasileira; revelar os aportes teórico-metodológicos que sustentam esta tese – num imbricamento da história cultural com a história política; definir as categoriais com as quais pretendo dialogar com o tema; esclarecer o contexto histórico-político dos anos 1950-1960 e, por fim, situar o leitor em relação aos pontos principais que pretendo explorar em cada um dos outros capítulos. Como disse antes: sou muito otimista!

#### 1.1

##### O Início pelo Fim

Vamos começar, meu leitor? Os estudos empreendidos no mestrado (1999-2001) levaram-me a refletir sobre a possibilidade de compreender o papel exercido pela Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES), a sua dinâmica interna e a gestão de Anísio Teixeira à frente desta instituição. O contato com diversos textos e documentos que expressavam uma tentativa de reconstituir a trajetória da CAPES *clarificaram a importância de uma publicação que, mensalmente, “contava” os objetivos, as ações, os projetos, enfim, desvelava a sua própria história institucional: o Boletim Informativo CAPES (GOUVÊA, 2001, p.17).*

Assim, elaborei a dissertação “Um percurso com os boletins da CAPES: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil”. A referida dissertação buscou a compreensão do impresso como um instrumento de intervenção. Instrumento que pretendeu alterar, transformar as relações entre diferentes atores e instituições e efetivar a proposição de novas idéias e de maneiras de conceber o fazer pedagógico. Aliás, relatórios, documentos, boletins e outros impressos foram utilizados por Anísio como elementos catalisadores nas diversas instituições e cargos por onde passou: 1924 no papel de Inspetor Geral de Ensino do estado da Bahia; 1932 como Diretor Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal e 1947 no cargo de Secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia. Assim, entendo o início desta tese como uma espécie de aprofundamento das considerações finais da minha dissertação de mestrado defendida em 2001, na PUC-Rio, sob a orientação de Ana Waleska P. C. Mendonça.

Ao encerrar tal trabalho, afirmei que a condição de Campanha Extraordinária assumida pela Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) no âmbito da burocracia estatal havia possibilitado uma gestão flexível e ágil dos recursos financeiros haja vista a configuração do Estado Brasileiro nos anos 1950 e 1960 no que se refere à organização burocrática que ficou entre dois modelos: o oficial e o paralelo. O oficial com as morosidades burocráticas e o apadrinhamento político-partidário e o paralelo com agilidade na tramitação de processos e de projetos numa gestão financeira mais livre por utilizar recursos financeiros especiais, requisições de funcionários de outros órgãos federais e contratações temporárias.

As questões levantadas no parágrafo anterior possibilitaram a construção de uma rede que teve como sustentação as estratégias de irradiação, articulação e mobilização presentes nas páginas do boletim mensal da CAPES. A visibilidade conquistada pela instituição a credenciaram – em alguns momentos – como principal órgão de consultas para a elaboração de políticas públicas para a educação brasileira, superando inclusive o próprio Ministério da Educação.

A preponderância da CAPES sobre o Ministério da Educação não me provocou inquietações à época. Entendia ser o produto de um tipo de administração que criava ilhas de excelência fora da órbita excessivamente burocrática do Estado e, portanto, condizente com os objetivos estabelecidos face

às políticas públicas para a educação brasileira.

Devo confessar: sobrava-me empolgação e faltava-me um tanto de problematização em relação à temática que tomara como material de trabalho. Nada que retirasse o mérito do que foi feito, mas que no momento da defesa da dissertação aparecera na forma de crítica à minha superinterpretação do papel de Anísio Teixeira e no dizer de Zaia Brandão (2001) de uma ausência de crítica à excessiva centralização de poderes nas mãos de um único ator.

A minha participação, a partir de 2003, na pesquisa “O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) no contexto das políticas do MEC nos anos 1950/1960” e as diversas leituras que fiz sobre a gestão de Anísio Teixeira frente ao INEP – durante o processo de feitura da dissertação de mestrado - possibilitaram um olhar diferenciado para o que até então achara natural. Isto foi possível via o cotejamento e a constatação da existência de alguns traços comuns entre as duas gestões. Traços comuns que me conduziram a alguns questionamentos.

Assim, à luz desta perspectiva de trabalho, estabeleci algumas indagações: O projeto anisiano conseguiu se erigir como central no INEP haja vista não ter sido uma instituição criada pelo próprio Anísio? Quais as estratégias utilizadas por Anísio para que o INEP tentasse alcançar seus objetivos institucionais? Como tais estratégias se consubstanciaram no que defendo como uma rede em ação e que teve no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e seus impressos um dos seus pilares?

Numa primeira tentativa de rastrear algumas possíveis pistas para as questões levantadas acompanho o raciocínio de Mendonça (1999, p.16), quando afirma que [...] *no bojo deste órgão (o INEP) o educador criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), transformando o INEP no cérebro pensante do Ministério de onde partiam propostas de intervenção nos sistemas educacionais fundamentadas nas pesquisas sociais e educacionais de ponta, desenvolvidas sob seu patrocínio, e nas experiências promovidas pelo CBPE e pelos Centros Regionais de Pesquisa a ele articulados*. Portanto, duas instituições comandadas pelo mesmo ator com a mesma identificação: a CAPES e o CBPE como cérebros pensantes dentro do Ministério da Educação.

Caberia, agora, analisar a gestão de Teixeira no INEP. Porém, entendo que antes de estabelecer uma primeira aproximação com a gestão de Anísio Teixeira

no INEP/CBPE (1952-1964) faz-se necessário um breve histórico sobre o período que antecedeu a direção de Teixeira nesta Instituição - período que considero de estruturação do INEP (GOUVÊA, 2006).

Em 1930, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (Decreto 19.402, de 14 de novembro) impôs ao poder central novas atribuições e responsabilidades em relação ao ensino e evidenciou a urgência da criação de uma instituição que tivesse seus objetivos voltados para os estudos pedagógicos e pesquisas.

Entretanto, somente em 1934, foi criada no âmbito do referido Ministério a Diretoria Nacional de Educação que tinha como princípios norteadores *o estudo e o preparo dos processos e dos atos oficiais relativos ao ensino em todos os seus ramos, bem como as investigações de natureza pedagógica necessárias à coordenação das atividades e das iniciativas da administração pública em todos os assuntos educacionais* (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 97). A experiência não foi satisfatória haja vista a dificuldade de conciliar num só órgão as funções administrativas e de pesquisa.

Na tentativa de reorganização do Ministério (Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937) e, sobretudo, a fim solucionar os problemas que vinham dificultando o trabalho do órgão foi criado na gestão de Gustavo Capanema, em 1937, o Instituto Nacional de Pedagogia que deveria encetar pesquisas que abarcassem os problemas do ensino na sua diversidade de aspectos. A instalação do referido Instituto não aconteceu de imediato, pois além dos múltiplos encargos que a reestruturação acarretou ao Ministério, as vicissitudes políticas causadas pelo golpe do Estado Novo impediram o seu processo de instalação. Assim, acompanhando o raciocínio de Dantas (2001, p.18) cabe observar [...] *que este órgão só entrou em funcionamento de fato no ano de 1938, por força de legislação complementar* (Decreto-Lei n. 580, de 30 de julho de 1938), *quando passou a se chamar Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.*

O Decreto-Lei n. 580 ampliou as atribuições do Instituto e trouxe inúmeras dificuldades para Lourenço Filho, seu primeiro diretor, pois mais do que um simples órgão destinado a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino caberia ao INEP [...] *cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público, por meio de estudos e quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo*

*público da União* (art. 3º). O artigo 4º do mesmo Decreto-Lei estabeleceu a seguinte organização: quatro seções técnicas (documentação e intercâmbio; inquéritos e pesquisas; psicologia aplicada; orientação e seleção profissional), um Serviço de Biometria Médica, uma Biblioteca Pedagógica e um Museu Pedagógico.

Segundo o entendimento de Mariani [...] *o programa era ambicioso e sua realização era dificultada por dois obstáculos dificilmente contornáveis, não só na época em que foi concebido como no correr de sua vida: a falta de pessoal especializado e as rígidas normas do funcionalismo público* (1982, p.173).

Vale acrescentar que, além de tais dificuldades, projetos prioritários para o governo central como a instituição de um Fundo Nacional do Ensino Primário e serviços como o de Biometria Médica que – segundo o relatório de atividades do ano de 1944 (FGV-CPDOC, 1945, p.8) - lotava 73,86% dos servidores do INEP, ocasionaram um prejuízo para os demais serviços e obviamente para as questões atinentes à pesquisa. Percebo que a reestruturação proposta num momento de políticas públicas centralizadoras determinou – novamente - a burocratização de um órgão que deveria ter na pesquisa educacional o seu motor.

Ainda na gestão Lourenço Filho, desejo destacar de forma sucinta a criação de dois importantes instrumentos de troca de informações – que o leitor encontrará muito bem explorada na tese de doutorado de Dantas (*A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: a gestão Lourenço Filho 1938-1946*): o Boletim do INEP criado em 1940 e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) que teve sua primeira publicação em julho de 1944. Considero fundamentais tais publicações por entender que se apresentam como estratégias de intervenção no fazer pedagógico e na organização da educação nacional.

Em 1946, Lourenço Filho foi substituído por Murilo Braga de Carvalho na direção do INEP. A administração de Murilo Braga se estendeu até 1952. Segundo Mariani (1982, p.174) [...] *nesse período o INEP praticamente perdeu o seu caráter de instituto de pesquisas: continuaram apenas alguns serviços de documentação ligados à legislação e publicaram-se alguns catálogos sobre oportunidades de educação existentes no país*. Cabe aduzir que a própria Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos passou por um processo de extrema irregularidade no que concerne à sua periodicidade.

Não caberia aqui um levantamento detalhado das causas dessa acentuada perda de identidade do INEP. Ainda, segundo Mariani (ibidem, p.174), dentre várias uma pode ser apontada como a causa principal da situação por demais delicada vivida pelo Instituto: *a extinção da Diretoria do Ensino Primário e Normal* (no âmbito do MEC) e, *conseqüentemente, a passagem das atribuições desta para o INEP*. Dentre as atribuições, Mariani destacou a administração dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário que colocou para o Instituto o desafio de coordenar a tarefa de construção de prédios escolares em todas as regiões do país.

Desta forma, este breve histórico possibilitou a compreensão que por motivos de excessiva burocratização e centralização das políticas públicas educacionais, por falta de pessoal especializado para funções importantes dentro da estrutura organizacional, por atribuições que estavam além das suas condições de atendimento ou por vicissitudes do próprio contexto político, o INEP não teve nos estudos pedagógicos, na preocupação com a formação/aperfeiçoamento do magistério e na pesquisa educacional os seus eixos principais - aspectos que teriam centralidade na gestão de Anísio Teixeira (GOUVÊA, 2006).

Teixeira foi nomeado para a direção do INEP em 1952, após a catástrofe área que culminou com o desaparecimento de Murilo Braga. Em relação a este momento, Péricles Madureira de Pinho, chefe do gabinete do Ministro da Educação Simões Filho, relata que o ministro foi muito ágil para o preenchimento do cargo e procurou o Presidente Getúlio Vargas com a indicação de Anísio e que Vargas já tendo vários indicados ao cargo teria dito a um dos postulantes: *Para cargos desse porte o Ministro da Educação tem sempre um baiano de indiscutível merecimento* e, assim, deu-se o aceite da indicação de Anísio Teixeira (PINHO, 1960, p. 182).

Segundo Bonamino (2001, p.1), *uma das características mais marcantes da gestão de Anísio Teixeira no INEP é que ele procurou estabelecer um compromisso entre a produção de pesquisa na área das ciências sociais e a política educacional numa perspectiva regionalizada e que visava a manter uma relativa autonomia com relação ao poder central do MEC*. Para Anísio essa articulação das ciências sociais com a educação era indispensável para a consubstanciação de um projeto de cunho científico que pautasse as ações no campo educacional.

Considero o seu discurso de posse em 1952 (documento disponível na íntegra – ver anexo 01) como dirigente do INEP um autêntico projeto de dinamização do Instituto bem como o primeiro movimento para o lançamento de estratégias para a configuração e consubstanciação de uma rede em ação por considerar que o referido discurso contém:

- O alargamento das atribuições do INEP e sua centralidade no processo de reconstrução da educação nacional ao afirmar que *As funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar, nessa nova fase, amplitude ainda maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspirações do magistério nacional para a formação daquela consciência educacional comum [...] os estudos do INEP deverão ajudar a eclosão desse movimento de consciência nacional indispensável à reconstrução escolar.*
- A gênese da CILEME (Campanha de Levantamentos do Ensino Médio e Elementar) quando assinala que *O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem de tentar uma tomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito; proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar, medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino.*
- A gênese da CALDEME (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino) ao asseverar que *Os métodos de tratamento surgirão nos guias e manuais de ensino para os professores e diretores de escolas, os quais constituirão livros experimentais de sugestões e recomendações, para a condução do trabalho escolar.*
- A gênese do CBPE ao definir que *São necessários estudos cuidadosos e impessoais, de que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverá encarregar-se com o seu corpo de técnicos e analistas educacionais, mobilizando ou convocando também, se preciso e como fôr possível, outros valores humanos, onde quer que se os encontre e segue o discurso afirmando que [...] até o momento, não temos passado, de modo geral, de simples censo estatístico da educação. É preciso levar o inquérito às práticas educacionais e [...] Enquanto assim não procedermos, não poderemos progredir nem fazer*

*recomendações para qualquer progresso, que não sejam de valor puramente individual ou opinativo.* (FGV-CPDOC, 1952, ATt 05.06.52).

Já em dezembro de 1954, Teixeira envia uma carta ao Ministro da Educação Cândido Mota Filho – que ingressara em agosto na pasta - com esclarecimentos no tocante às atribuições do INEP e à necessidade de criação de órgãos para o pleno funcionamento da Instituição, alertando que [...] *foram incluídos no orçamento recursos para a criação de um Centro Nacional de Estudos Educacionais no Rio e Centros Regionais em Recife, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul* [...]. Neste momento, ainda não havia recursos alocados para a fundação de um centro regional em Minas Gerais. Até este ponto, nada de extraordinário.

O que chama atenção na respectiva epístola é o adiantamento da ação face à legislação. Ou seja, uma marca das instituições dirigidas por Anísio: a precedência da ação em relação à legislação regulamentadora. Marca que transparece na afirmativa que [...] *o Centro Regional da Bahia já se acha funcionando desde 1951, em ampla propriedade adquirida pelo Instituto em 1950; o de São Paulo já se acha em construção adiantada e poderá entrar em funcionamento em 1955; o Centro Nacional, expansão mais imediata do INEP, impõe o aluguel ou construção de uma sede adequada, mas praticamente, já se acha também em funcionamento com os serviços de documentação pedagógica, de levantamentos e inquéritos e dos cursos de estágio e de aperfeiçoamento* [...] (FGV-CPDOC, ATc 54.12.00). Portanto, pouco tempo após a posse no cargo de diretor do INEP, Teixeira começa a agilizar o provimento de condições mínimas para a consubstanciação do CBPE e dos Centros Regionais.

Outro elemento que contribui para corroborar esta idéia é a utilização de partes deste discurso de posse feito em 1952 no ofício enviado ao Ministro da Educação, Abgar Renault, em 1955, com vistas à criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Apenas com o intuito de localizar o leitor quanto ao que denomino como fase de gestação do CBPE haja vista ter Libânea Nacif Xavier feito isto com propriedade em sua tese “O Brasil como Laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960)” desejo aduzir que a fim de se contrapor à morosidade estatal Teixeira e sua equipe criaram o Centro de Documentação

Pedagógica (documento disponível na íntegra – ver anexo 02) que no dizer de Santos e Leite Filho (2006, p. 5.131) [...] *viria a organizar o somatório das atividades de estudos e pesquisas, bem como divulgar os resultados obtidos.*

Assim, *O Centro de Documentação viria assim, a constituir o primeiro passo para a criação, implantação e implementação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.* Anísio e a sua equipe percebem que *Desta forma não era possível estudar apenas a educação brasileira e seus problemas, sem considerar, ao mesmo tempo, toda a realidade nacional em seus múltiplos aspectos. O INEP passa a sentir que deveria enveredar-se pelo campo das Ciências Sociais, as quais pediriam os estudos básicos necessários a uma formulação de Política Educacional.* Considero o Centro de Documentação Pedagógica o embrião da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica que teve sob sua responsabilidade, dentre outras, a elaboração dos impressos institucionais.

Na gestão de Anísio, além da CALDEME e da CILEME criadas respectivamente em 1952 e 1953, foram criados em 1955 o Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE) – que acabou por subsumir a CALDEME e a CILEME - e os Centros Regionais de Pesquisa Educacional (CRPEs) pelo Decreto n. 38.460, de 28 de dezembro de 1955 (documento disponível na íntegra – ver anexo 03). O Decreto transfere as atividades realizadas pela CALDEME e pela CILEME no âmbito do INEP para os Centros Regionais de Pesquisa Educacional. Centros que no entender de Freitas (1999, p.67) [...] *estiveram relacionados ao esforço intelectual amplo e multifacetado com o qual a aproximação entre os temas planejamento e questões regionais; conhecimento local e questão nacional; procedimentos científicos e estudo de casos estiveram imbricados.*

Ainda sobre a criação do CBPE, desejo aduzir o comentário de Mendonça (1997, p.30) ao afirmar que *A experiência do CBPE constituiu-se em mais um desdobramento de uma meta que Anísio vinha perseguindo desde os anos 20-30.* A meta das ações no campo educacional pautadas por instrumentos de cunho científico, levantamentos, surveys e pesquisas. Objetivo a ser alcançado no rol das políticas extraordinárias do Estado através de instituições detentoras de liberdades e flexibilidades orçamentárias e estruturais pois o item 11 da exposição de motivos nº 1.161 apresentada pelo Ministro Renault para o nascimento oficial do

CBPE tem a seguinte redação: *É da maior importância lançar em relevo que não há criação de cargos e todos os serviços são prestados nos precisos termos da Verba 3 (Serviços e Encargos). Não pode, pois, ser levantada a objeção de que é necessária lei para a instituição dos serviços ora propostos* (documento disponível na íntegra – ver anexo 03).

O INEP, a partir da gestão de Teixeira, passou a ter a seguinte estrutura: a Direção, o CBPE, os CRPEs e uma Comissão Consultiva. Por sua vez, o CBPE contava na sua estrutura básica com a Direção do Programa, as Divisões de Estudos e Pesquisas Educacionais, de Estudos e Pesquisas Sociais, de Documentação e Informação Pedagógica e a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, além da Secretaria Executiva e do Serviço Administrativo. Os Centros regionais deveriam ter uma estrutura organizacional idêntica à do CBPE – o que não se confirmou ao longo do processo de estruturação de cada centro.

Na estrutura do CBPE (ver anexo 04) desejo destacar a Divisão de Documentação e Informação Pedagógica que tinha, dentre outros objetivos: a elaboração de periódicos e todo o tipo de material impresso que contribuísse para os estudos do magistério nacional e para a atualização das diferentes instituições educacionais brasileiras, num processo que consubstanciou o impresso como uma rede em ação através das estratégias de articulação, intervenção e legitimação institucionais sob o ângulo de um determinado grupo de poder com suas respectivas discordâncias e dissensões (CERTEAU, 2004).

Assim, após sete anos, apresento mais um estudo sobre as possibilidades de articulação, intervenção e legitimação institucional através do impresso em mais um órgão público dirigido por Anísio Teixeira. Desta feita, porém, perceberá o leitor a preocupação em equilibrar a participação de cada ator no contexto de criação e gestão do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), apontando a compreensão da existência de um ator/sujeito/coletivo central sem descuidar – porém – da contribuição de diversos outros atores que trabalharam de forma conjunta para o enfrentamento dos desafios colocados à instituição ou por ela definidos como objetivos e metas a serem alcançados.

Retomo, portanto, o estudo da imprensa pedagógica numa outra perspectiva que busca novamente as contribuições da história cultural, porém sem abrir mão da história política e de uma contextualização histórica mais apurada para o melhor entendimento do trabalho. Tal perspectiva apresenta relação direta

com os exames de qualificação do doutorado e com as decisivas contribuições de Marta Maria Chagas de Carvalho, Ana Waleska P. C. Mendonça, Libânia N. Xavier e Zaia Brandão.

Reafirmo que o início deste trabalho se faz pelo fim de um trabalho acadêmico anterior - mais pelo prazer de aprofundar um tema valioso para a historiografia brasileira e menos pela obrigação de continuidade. O aprofundamento exigiu um estudo sobre a produção historiográfica brasileira e internacional com ênfase à historiografia da França, Inglaterra e Itália. Trata-se, deste modo, de estabelecer as bases teórico-metodológicas desta tese tanto no que concerne às perspectivas quanto ao que tangencia as suas limitações.

## 1.2

### **A História Cultural e a História Política: Aproximações**

A utilização da história cultural articulada à história política possibilita uma acurada compreensão da presença de múltiplos fatores na determinação da estrutura e evolução da sociedade (SIRINELLI, 2003). Tal determinação, contrariando a visão histórica dogmática não opera como *relação de causa e efeito, mas como correlação e interferência* (DUBY, 1993, p.13), possibilitando um novo olhar sobre a dinâmica que preside as instituições no âmbito da sociedade.

Uma dinâmica na qual o Estado, segundo Maria de Fátima Gouvêa (1998, p. 33), é [...] aquele que se situa no centro daquilo que constitui as preocupações da Nova História Política. Mesmo quando se trata de um estudo sobre cultura política, essa “cultura política” é aquela que envolve elementos relacionados ao Estado e às instituições de poder vinculadas a ele mais diretamente. Portanto, considero forçoso exprimir o entendimento do fato histórico como resultado de um processo em constante construção/desconstrução – longe das verdades intocáveis e marcado por rupturas e permanências que são frutos das suas múltiplas relações de dependência com os campos econômico, social, político etc. (MENDONÇA, 1997).

A teoria e o método, dessa forma, estão colocados como ponto de partida frente ao trabalho proposto. Entendo que ambos constituem possibilidades de lidar

com o objeto de estudo e não elementos limitadores da ação do pesquisador, ensejando um processo que permita que a teoria revisitada e reavaliada possa contribuir para o ajustamento do percurso e - se preciso - transformar o próprio método. Anunciados a teoria e o método percebo que conformam a opção por um determinado caminho, mas permitem a existência de atalhos e retornos na problemática que envolve lidar com documentos que expressam a vida pelo alarido ou o esquecimento mais profundo; pela presença ou pela ausência. A leitura das linhas e entrelinhas, a postura crítica face ao dito e a tentativa de desvelar o não dito, revelam a difícil missão de entender as lacunas como mais um desafio (GOUVÊA, 2001).

A fim de compreender estas lacunas devo revelar ao leitor (sem a menor intenção de comprovar erudição) que em relação à historiografia nacional me aproximei, dentre outros, dos escritos de Ana Waleska P. C. Mendonça, Denice Catani, Diana Vidal, Libânia N. Xavier, Marta Maria Chagas de Carvalho, Maria Rita Toledo, Maurilane Biccias e Maria Helena Bastos. Para a historiografia internacional de Carlo Ginzburg, François Dosse, Le Goff, Michel de Certeau, Peter Burke, Robert Darnton e Roger Chartier.

No campo mais específico da história política mantive um contato intenso com os trabalhos de Jorge Ferreira, Lucília Delgado, Helena Bomeny, Marieta Ferreira e no plano internacional com Aline Coutrot, Jean-François Sirinelli, Jean-Pierre Rioux, Philippe Levillain, Réne Rémond e Serge Berstein.

Para contemplar a ousadia do projeto cebeplano fui instado às leituras de Anísio Teixeira, Carlos Otávio Fiúza, Darcy Ribeiro, Djacir Menezes, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Gilberto Velho, Graziela Silva, Jayme Abreu, Oracy Nogueira, Roberto Moreira e Zaia Brandão. Tais leituras somadas às de Pierre Bordieu e Norbert Elias.

Mas, por que a escolha de tais bases teórico-metodológicas para esta tese? Bem, primeiramente por uma questão de absoluta necessidade. Num segundo momento, pelo reconhecimento de que a produção do conhecimento histórico, nos últimos anos, vem recebendo as marcas de outras tendências que ao trazerem novos interesses e novas questões para a historiografia fazem com que a mesma incorpore novos procedimentos ao campo da pesquisa. A preocupação com o lugar do sujeito, suas práticas e a constituição material dos objetos investigados delineiam algumas das propostas contidas na nova história Cultural e na nova história Política.

O impacto causado, principalmente, pela primeira tendência histórica expressa-se, no entender de Nunes e Carvalho (1993, p.37), *numa preferência cada vez mais manifesta por privilegiar como objetos de investigação as práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos, tomados estes últimos em sua materialidade de objetos culturais*. A mudança de concepção possibilita uma inversão no que se refere à apropriação dos objetos culturais postos em circulação – livros, periódicos etc. Tais objetos passam por um processo que atenta para aspectos anteriormente desconsiderados no rol da investigação histórica.

Desse modo, nascem novos objetos que têm na sua materialidade e sua estrutura pontos que marcam a centralidade operada por esta perspectivação desde que seja entendida tal materialidade do objeto não implica na possibilidade de uma fratura entre o texto e as formas impressas (CHARTIER, 1990).

As reflexões sobre a produção, a circulação e a apropriação desses objetos culturais são fundamentais, pois na tentativa de constituir um campo de estudos voltam-se para questões educacionais, numa perspectiva que vem propiciando uma extensa produção sobre a história da educação e a utilização desses impressos como estratégia de intervenção no campo educacional. Tal intervenção torna-se cada vez mais significativa porque os impressos que enfocam a questão pedagógica vêm consolidando uma importante presença na investigação historiográfica.

Carvalho e Biccás (2000) apontam que a compreensão da produção, da circulação e da apropriação dos impressos define uma multiplicidade de facetas no que tange à pesquisa historiográfica, estabelecendo diversos campos de estudo. A diversidade apontada e as extensas possibilidades desta incursão nos domínios da história cultural sinalizam um aspecto que merece destaque: apesar da multiplicidade de abordagens nos vários campos da pesquisa historiográfica, a estratégia de “intervenção” é o aspecto que permeia todos os pontos aventados.

Porém, é preciso lembrar que a construção de um trabalho com este viés não deve ocasionar o esquecimento do contexto histórico em que tais objetos culturais estão imersos e, muito menos, descuidar das contribuições da histórica política e sua capacidade heurística em relação ao tecido social. Uma história política que afirma a importância da história do presente, que reacende as inúmeras possibilidades de utilização de biografias no fazer histórico que já eram dadas como moribundas ao historiador, que estuda os conflitos e acordos entre a

religião e a política e que ilumina o papel dos intelectuais no contexto político.

Ou seja, a história política contempla *uma diversidade de setores – o cultural, o econômico, o social, o político - que se influenciam mútua e desigualmente segundo as conjunturas, guardando cada um sua vida autônoma e seus dinamismos próprios. E também sua especificidade: a política é um lugar de gestão do social e do econômico, mas a recíproca não é verdadeira [...]* (RÉMOND, 2003, p. 10). Interessantes aspectos que serão desenvolvidos a seguir.

A esta altura, o leitor deve estar se indagando sobre o destaque dado à história política nesta tese e o porquê do anúncio do desenvolvimento de aspectos centrais de tal história. Resposta: a possibilidade de existência desta tese passa, primeiramente, pela luta dos historiadores para a escrita de uma história do seu tempo. Entendo que mesmo bebendo em variadas adegas um vinho de uma mesma safra, a safra do tempo presente... o sabor será sempre diferente... pois diferentes são os sabores de cada um sobre o copo bebido, sobre o momento vivido e sobre o saber que está em discussão.

A história do tempo presente não é mais impregnada de ideologias do que a história medieval ou a história das revoluções. Percebo que cada escrita da história corresponde ao olhar do historiador em seu momento de vida... tenha ele vivido no tempo medievo, no calor de uma revolução do século XVIII ou distante do tempo que narra a sua história – os preceitos de sua época estarão sempre presentes pois *a história não é o absoluto dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas, mas o produto de uma situação, de uma história [...] que oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida e fabricada [...] e, ainda segundo os autores, o essencial, porém, não é sonharmos agora com um prestígio passado ou futuro, mas sabermos fazer a história de que o presente tem necessidade* (LE GOFF e NORA, 1976, p. 12 e et seq.). Uma colocação que reputo importante para a compreensão dos obstáculos a serem enfrentados e, ao mesmo tempo, dos possíveis caminhos a serem trilhados por este trabalho acadêmico.

Outro ponto que merece ampliação se refere à utilização da biografia neste estudo. Um gênero que detém um status ainda indefinido no campo historiográfico e que desperta desconfianças por estar na encruzilhada entre a literatura e a história e representar a negação de um determinado tipo de história que se fez hegemônica como uma história das massas e, portanto, não poderia

admitir uma escritura que centrasse o seu foco num indivíduo. Porém, Levillain (2003, p. 155) chama a atenção para um aspecto que considero importante: [...] *não é com base no biografado que se dividem as biografias literárias e as biografias históricas, nem com base na escrita, o que equivale a dizer no estilo, e sim com base na parte de ficção que entra nas primeiras e deve ser proibida nas segundas por razão de método.* A biografia será utilizada na sua segunda vertente: a histórica.

Mesmo que eu afirme e reafirme, como estou fazendo neste instante, a utilização de biografias de carácter histórico é uma questão se espria pelo ar: e as paixões por um determinado autor/intelectual/ator? e as afinidades eletivas, inventivas, corporativas, receptivas etc... etc... etc...? Veja bem, não sou neutro e a neutralidade é peça fora de jogo, mesmo do jogo intelectual com seus requintes de cientificidade pois há um ser humano por todos os lados e ângulos deste texto. Um ser com todas as suas idiossincrasias, mas desejoso de alargar estradas... de viver outros percursos e outros caminhos e que entende por maturidade intelectual *a leitura com os autores e contra os autores* no modo feliz de se expressar de Zaia Brandão (2001), durante a defesa de minha dissertação de mestrado.

Considero, pois, que a fala de Levillain ao definir a biografia histórica expressa com precisão aquilo que defendo e que tenho como escopo. Afirma o autor que [...] *Ela (a biografia histórica) é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova de vida. Seu método, como o seu sucesso, devem-se à insinuação da singularidade nas ciências humanas, que durante muito tempo não souberam o que fazer dela* (ibidem, p. 176). Espero que eu tenha aprendido a teoria e saiba colocá-la em prática.

Mais uma confissão: quando recebi a indicação de estudar a história política apostei todas as fichas nos textos que expressassem temáticas que tivessem ligação direta com partidos políticos, eleições, campanhas eleitorais, lideranças político-partidárias e, somente num segundo momento, investi nos temas que acabei de explicar (história do presente e biografia histórica) e no que ainda abordarei (a questão da política e do intelectual). Apenas, por acaso, ou melhor, por uma questão de cumprimento do dever acadêmico de ao menos ler um livro inteiro foi que encontrei um artigo de título “Religião e política” de Aline Coutrot.

O artigo trabalha os dois eixos – Religião e Política - tanto no que tange ao consenso quanto ao que se corporifica no conflito. Até aí ... nenhuma novidade. Porém, as surpresas começaram a aparecer a partir do ponto que a autora acena com destaque para a questão educacional e traz como categorias de análise: as convergências, as mediações e as interdições a fim de possibilitar a compreensão das relações entre religião e política. Atente o leitor para uma diferença de olhar: não se está falando das relações entre a Igreja e o Estado, mas, sim, que *as forças religiosas devem ser levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido do político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores sócio-econômicos* (COUTROT, 2003, p. 331).

Percebeu a diferença? Nesta fecunda perspectiva a Religião e a crença religiosa se manifestam em Igrejas (no plural), igrejas que se encontram alojadas no tecido político, igrejas que apresentam algumas feições em comum com a sociedade política e por isso não vêm de um plano distante para opinar sobre assuntos presentes. Assim, *não é por acaso, por exemplo, que o engajamento político repugna a tantos católicos: sob a luz do ensinamento sobre a unidade em Cristo, eles adquiriram a certeza de que a paz entre os homens, a reconciliação e a união eram valores supremos, diante dos quais o combate político, que implica confrontos e lutas, aparece como um mal, um lugar onde se sujam as mãos* (ibidem, p. 336). Interessante: a mesma opinião não parece ser tão presente quando a interdição ou intervenção é feita pela Hierarquia das Igrejas através de memoriais, manifestos, entrevistas, artigos e livros publicados pela imprensa confessional.

Neste ponto, reside o meu interesse haja vista a sua relação direta com o tema desta tese, em especial com o capítulo 4 onde a luta pela hegemonia no texto que se estabeleceria as diretrizes e bases nacionais da educação nacional se faz expressiva nas páginas dos impressos do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Entendo ser importante repensar as querelas políticas em torno da escola pública e as interdições tanto do poder público quanto das crenças religiosas numa guerra de papel. Explico: uma guerra pelo controle do papel e da verba desta escola pública através do papel que pode ser exercido pelos impressos nas transformações ou conservações do sistema educacional. Uma questão que remete ao papel do intelectual no campo político.

Ao fechar a série de detalhamentos de alguns eixos da história política, vejo-me cara a cara com um aspecto que sempre me trouxe inquietação: os intelectuais no contexto político ou na expressão de Sirinelli (2003) a história desses *atores do político*. A necessidade de compreender o auto-retrato executado através dos escritos de alguns intelectuais e, mais do que isso, a distância em que vários se colocavam a respeito da política me encaminham a pensar os inevitáveis encontros entre o humanista e a miséria humana; entre o educador e as desigualdades educacionais; entre o sociólogo e a injustiças sociais... a lista seria longa... Como pensar a relação destes intelectuais e seus temas sem a mediação da política ou do campo político? Seriam os Homens apolíticos? Penso que não. Inclusive, dentre tantos atores do político, parece-me guardado um sítio para a história dos intelectuais pois *a história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar em si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural* (SIRINELLI, 2003, p. 232 et seq.).

É perceptível a força de tal estudo com os cruzamentos apontados e outros cruzamentos de caráter afetivo ou de desafeto que muitas vezes são ignorados por uma questão de rigor científico. Devo lembrar que cometer tal descuido é o mesmo que afirmar que escolas, grupos, revistas, manifestos e outras publicações conjuntas vêm a lume somente por critérios científicos, linhagens intelectuais ou decisões de cunho racional. Neste caso, vale a soma de todos os pensamentos e sentimentos.

É necessário, neste tipo de trabalho, arrolar *as solidariedades de origem* que no dizer de Sirinelli *constituem muitas vezes a base de redes de intelectuais adultos* onde se associam *o afetivo e o ideológico* num movimento de encontro e de separação, de alarido ou de silêncio. Portanto, constantes movimentações de um grupo composto por intelectuais de proa com amplo espaço para a divulgação do seu trabalho, por intelectuais medianamente conhecidos ou por intelectuais que funcionam como *inspiradores de um grupo atento e ardorosamente prosélito* (ibidem, p. 250 et seq.) . Todos, porém, como herdeiros de uma herança intelectual, uma filiação primeira, que com o passar do tempo pode se transformar em um legado à posteridade.

Por fim, cabe assinalar a complexidade de uma abordagem que em última instância buscará revelar as responsabilidades dos intelectuais num desafio de explicar as relações conflituosas entre *as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época*. Deste modo, faz-se necessário explicitar as redes e as estratégias acionadas para a consecução dos seus objetivos num determinado momento histórico.

Neste trabalho, a categoria “estratégia” está situada em uma perspectiva de intervenção. Estratégia que no dizer de Certeau (2004, p.46) é *o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta [...]*. Portanto, buscarei estabelecer na pesquisa uma relação entre esta intervenção e as práticas utilizadas para a sua consubstanciação num processo que entende que o exercício dessas práticas está imbricado com o exercício do poder.

Considero que Certeau apresenta uma sólida contribuição ao estabelecer o conceito de estratégia e aponta a existência de estratégias tecnocráticas. As estratégias tecnocráticas têm relação com este projeto por serem de caráter *escriturístico* e ensejarem a possibilidade do abstrato criar *lugares* onde um grupo de indivíduos ou o sujeito-coletivo produz, impõe e mapeia o seu espaço de poder. A ocorrência destas estratégias impele a pensar nas ações necessárias à articulação, intervenção e legitimação de tal espaço, numa perspectiva de solidificação do que se encontrava apenas no plano do imaginário.

Desse modo, o trabalho com os impressos do CBPE assume um papel crucial enquanto um estudo que concentra os esforços numa tentativa de captar o quanto os impressos influenciaram o processo de institucionalização do próprio CBPE e dos Centros Regionais de Pesquisa. Entendo, assim, ser fundamental utilizar nesse estudo três tipos de estratégias que considero categorias essenciais para a sustentação de uma análise do papel exercido por esses impressos. São elas:

- estratégias de articulação (os impressos enquanto veículos de informação de uma instituição que possuía uma filosofia de trabalho que almejava o máximo envolvimento de todos os atores, num processo contínuo)
- estratégias de intervenção (os impressos enquanto vozes oficiais de uma instituição que buscava organizar uma representação institucional nos âmbitos internacional, nacional e regional tanto no que se refere à pesquisa, à formação de professores e chegando até mesmo aos procedimentos em sala de aula)
- estratégias de legitimação (os impressos enquanto escritos que buscavam imprimir e erigir a memória de um determinado grupo de poder de uma instituição como hegemônica e paradigmática no campo educacional, além de uma ousada tentativa de erigir-se como exemplar no campo das ciências sociais)

Defendo, pois, a tese que tais estratégias foram acionadas e formaram uma rede em ação. Quanto à noção de rede tomo por empréstimo as definições de Elias (1994, p.22) ao afirmar que a rede de funções no interior das associações humanas, ou seja, da sociedade representa uma [...] *ordem invisível em que são constantemente introduzidos os objetivos individuais* e uma [...] *rede de funções interdependentes pela qual as pessoas estão ligadas entre si que tem peso e leis próprios*. Tal aspecto realça o processo de relação do indivíduo com o coletivo e aponta para as relações interdependentes que ocorrem a partir do momento em que uma rede é colocada em ação.

Ainda, segundo Elias, [...] *Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca [...]*(*ibidem*, p. 35). O atento leitor deve ter a compreensão que insisto com a conceituação de rede por entender ser a mesma um elemento chave para a tese e pela sua importância no âmbito das políticas públicas dos anos 1950 e 1960 – período contemplado por esta pesquisa.

O período de 1950 e 1960 é marcado por um modelo de Estado que procurou deter uma natureza modernizante que se expressou de forma contraditória: a centralização da vida política e econômica e a disciplina submetida aos fatores produtivos nas mãos de uma ação estatal intervencionista conviviam com um caráter conservador presente no sistema político, a ser constantemente intermediado por fortes ideologias de estado (populismo, desenvolvimentismo, nacionalismo). Tendo assumido papéis de destaque, essas ideologias de Estado tinham a função de neutralizar as tensões latentes, constituindo-se em instrumentos de legitimação do amplo projeto da nação. Nesse contexto contraditório que passa a conviver com os sérios problemas resultantes do rápido crescimento industrial é que se insere a problemática questão educacional do país.

Como já foi anteriormente assinalado, a gestão de Anísio Teixeira à frente do INEP, se estende de 1952 a 1964, período marcado por um grande surto de desenvolvimento econômico do país, é que se constitui num pano de fundo de significativa importância para o entendimento e contextualização do momento de criação CBPE no interior dessa instituição e, a partir desse ponto, perceber as causas que norteariam seu posterior encaminhamento.

Entendo que a dinâmica dos anos 1950/1960 pede o aprofundamento em duas dimensões distintas e complementares desse momento histórico: a primeira dimensão refere-se às formas próprias do processo de organização da sociedade articuladas e expressas na consolidação do Estado Brasileiro, numa tentativa de identificar que tipo de Estado serve como apoio para as inflexões de rumos no INEP na gestão Teixeira e a conjuntura de interesses e forças políticas que a possibilitaram; enquanto que a segunda dimensão objetiva situar as matrizes econômico-produtivas presentes no momento de gestação do CBPE que influenciaram o seu surgimento, assim como as especificidades das políticas de Estado que marcaram o desempenho dessa instituição ao longo desses anos.

### 1.3

#### **Os Anos 1950 e 1960: Entre Governos e Desgovernos... Uma Guerra pelo Controle das Verbas para a Instrução Pública**

Palco de sete governos distintos - o segundo governo de Getúlio Vargas (1951/1954), breves governos de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, o governo de Juscelino Kubitschek (1956/1960), o governo Jânio Quadros (1961) e o governo João Goulart (1961-1964), a dinâmica dos anos 1950 e 1960 refletiu o tipo de Estado que vinha se consolidando no Brasil, o que remete ao longo processo de transição que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo industrial no país que durante os anos 1950 [...] *se encontrava mergulhado em um grande debate nacional em torno da necessidade de sua modernização econômica, política, social e cultural. Estado e sociedade organizada procuravam encontrar alternativas para que a nação rompesse com o seu passado colonial, marcado pela exploração e estagnação econômica e atingisse a sua autonomia através do aceleração de seu processo de industrialização* (CHAVES, 2006, p.705).

Acompanho a opinião de Chaves quanto à localização no âmbito do MEC – precisamente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e no INEP – da matriz de formulação do pensamento desenvolvimentista que obteve sólida influência na elaboração das políticas educacionais. Assim, [...] *a ideologia nacional desenvolvimentista fabricada no ISEB e o pragmatismo presente nas formulações pedagógicas do INEP, neste caso, direcionarão as ações de governo, possibilitando, inclusive, que aquela se constitua em um solo fértil para a retomada e expansão do segundo* (ibidem, p. 706).

Ao longo desses anos, foram consolidados modelos de crescimento econômico pautados numa industrialização acelerada, centrada no Poder Executivo, que desencadeou o crescimento do setor público e diversificou suas atividades internas, concretizando as exigências de uma sociedade urbano-industrial em expansão e acelerando as transformações institucionais, instaurando uma estrutura de poder mais adequada às tendências da nova configuração econômico-social e mais complexa do que a anterior (ibidem, 717).

Na realidade brasileira, o prolongado processo de constituição do capitalismo, expresso na maneira pela qual as forças produtivas se organizaram,

se desenvolveram e se reproduziram, teve significativa atuação do Estado, especificamente através do poder executivo e da sua ação governamental, espaço no qual se situa a concepção e o encaminhamento do INEP. Para Draibe o Estado Brasileiro de 1930 a 1960: [...] *planejou, regulou e interveio nos mercados, e tornou-se ele próprio produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, através de seus aparelhos e instrumentos, controlou e se imiscuiu até o âmago da acumulação capitalista* (1985, p.20).

Do ponto de vista social e político, regulou as relações e se transformou numa arena de conflitos, todos eles "politizados", mediados e arbitrados pelos seus agentes. Debilitou as instituições representativas e solapou as formas autônomas de aglutinação e expressão de interesses e conflitos. Manifestou-se como Executivo forte, como aparelho burocrático-administrativo moderno e complexo e passou a operar através de um corpo cada vez maior e mais sofisticado de funcionários, os novos burocratas, metamorfoseados, nestas circunstâncias, em aparente "tecnocracia".

Dessa forma, dentre as transformações sociais profundas desencadeadas pelo processo de industrialização, destaca-se a alteração progressiva da estrutura de poder que acaba por transformar uma administração pública ineficaz, mal preparada e corrupta, em uma máquina político-administrativa centrada, principalmente, na eficiência. Entretanto, a despeito da necessária transformação, evidencia-se que a nova máquina estatal se deparou com múltiplas dificuldades quando tentou neutralizar o patrimonialismo, o nepotismo e a dominação pessoal, históricos instrumentos de sustentação do comportamento social no Brasil.

Mesmo com esses problemas, no âmbito da nova máquina estatal que se constituiu, estabeleceram-se ministérios, superintendências, autarquias, institutos, empresas públicas, sociedades de economia mista, serviços de informações e processamento de dados. O novo Estado passou a dispor de organizações, de técnicas e de pessoal (administrativo, burocrático, técnico, político etc..) indispensáveis à execução das suas atividades configurando-se como um aparelho estatal que aos poucos vai incorporando o pensamento tecnocrático e científico, para melhor desempenhar as suas funções (IANNI, 1986).

Ainda no conjunto das novas características assumidas pelo poder do Estado, destaca-se sua efetiva e prolongada hegemonia através do poder executivo que, na nova estruturação de forças, adquire autonomia, passando a decidir sobre as bases constitucionais, os recursos financeiros, as condições organizatórias do modelo econômico adotado e até a dispor sobre o pessoal especializado para atuação que se fizesse necessária, numa evidente atrofia do poder legislativo.

A questão educacional, num momento de profundas transformações vividas pelo país, teve em Teixeira um crítico atento pois ele entendia que o desenvolvimento nos diversos campos (econômico, político, social e cultural) não adviria – apenas - da prática de uma intervenção estatal na economia, mas sim de uma intervenção que procedesse às necessárias e prementes reformas no sistema nacional de ensino numa perspectiva de adequação do processo educacional à nova etapa de desenvolvimento econômico.

Teixeira assevera que todas as medidas “racionais” tomadas pelo Estado, com efeito contrário ao desejado, consubstanciaram o *espírito formal e burocrático de uma falsa técnica administrativa, concebida como uma ciência autônoma de organização e de meios, e não distinguiu serviços de controle e fiscalização dos serviços de condução de atividades próprias e autônomas como a educação [...] de modo que estes serviços passaram a ser regulados de forma idêntica aos da arrecadação de impostos ou fiscalização da legislação trabalhista* (1956, p. 11).

Além disso, a despeito do Estado Brasileiro ter atuado no sentido de hegemonizar o capital, dentre as demais forças produtivas (força de trabalho, tecnologia e divisão social do trabalho), sua ação governamental é nula em política de tecnologia, não percebendo a importância econômica de uma necessária política de transferência de tecnologia para as empresas nacionais. Parte dessa estratégia se evidencia no fato de que, ao longo dos anos 1950, *inclusive a política científica e tecnológica de instituições como as universidades eram completamente desligadas da problemática mais imediata da acumulação de capital* (OLIVEIRA, 1977, p. 45).

Dessa forma, o período de 1930 a 1961 marca o processo de amadurecimento de um capitalismo que se desenvolve ao longo de duas etapas de industrialização que apresentam políticas de Estado distintas: de 1933 a 1955, ocorreu uma acumulação de capital que passou a se assentar numa efetiva

expansão industrial, ainda que pautada num contexto econômico restritivo devido às pressões das políticas da economia agroexportadora; já de 1956 a 1961, constatou-se o desenvolvimento de uma industrialização “pesada”, com crescimento da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo.

Aqui, caro leitor, no período de 1956 a 1961, a ação governamental encontrou esteio para a criação efetiva do CBPE e sua estruturação até 1961. A ação governamental merece uma análise especial por ensejar a possibilidade de compreensão dos mecanismos acionados pelo poder público no que concerne às tendências, às estratégias de desenvolvimento e à influência exercida por tais estratégias na estruturação da burocracia estatal e, conseqüentemente, na administração pública.

A estruturação da burocracia estatal tem um papel proeminente por favorecer uma abordagem que privilegie o processo de criação de órgãos – em suas diferentes modalidades e diferentes graus de autonomia - dentro do aparelho do Estado que, em última instância, visa à consecução dos projetos oriundos dessa instância. A análise dessa ação possibilita, também, um olhar sobre a criação do CBPE. Vale ressaltar que esta tese não comportaria um estudo tão complexo e tão vasto que pretendesse trabalhar com todas as questões do campo econômico que foram o cerne de medidas que ecoaram em todos os outros campos. Desejo, apenas, assinalar alguns pontos que percebo reveladores de um contexto histórico da política econômica governamental brasileira e de suas instituições, tendo como ponto de partida o segundo governo Vargas.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) teve como desafio a defesa de um programa de industrialização voltado para a criação e para o fomento de um capitalismo de cunho nacionalista, autônomo e sob controle nacional, cabendo ao Estado papel estratégico, fundamental e ativo, apoiado numa função mediadora de caráter interno, entre as classes sociais, e externo, do país com os centros decisórios do capitalismo mundial. Assim, *desenvolvimentismo e nacionalismo* se entrelaçaram pois o primeiro, no entender de Pécaut [...] *trata-se, sem dúvida, de uma forma de teorizar a industrialização que se uniu ao nacionalismo ao definir que essa teorização, porém, era inseparável de uma mera política emancipadora, segundo a qual a cidadania política deveria ampliar-se à medida que a modernização econômica promovesse a independência nacional*

[...](1990, p. 100).

O desenvolvimentismo de cunho nacionalista deu sustentação a uma concepção de gestão do poder e de relacionamento com a sociedade civil: o populismo. Assim, foi articulado o eixo de um *nacional-populismo* que, apesar de cisões e discordâncias marcou todo o segundo governo Vargas, ocasionando algumas oscilações na orientação política do governo – pois não era uma proposta hegemônica - mas acabou se impondo como orientação político-econômica dominante. Tal situação originou um profundo debate sobre a questão do nacionalismo e seus diferentes matizes que se exacerbou nos governos posteriores.

A orientação desenvolvimentista-nacionalista de caráter populista determinou a necessidade de implementação de um programa de modernização proposto pelo Estado que tornou evidente a inadequação do aparelho estatal face às tarefas relacionadas com o projeto industrializante. Essa questão, apesar de ter sido enfrentada, não foi resolvida por Vargas. Dentre as deficiências identificadas na estrutura administrativa destacou-se seu alto grau de irracionalidade, que expressava um total desaparelhamento frente às novas funções econômicas e sociais, que passariam à atuação do Estado.

Para a elaboração e a concretização de uma Política Nacional de Desenvolvimento Econômico, diante das necessidades de aparelhamento do Estado, são criados, em 1951, diversos órgãos setoriais de atuação nacional: a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes, a Comissão Nacional de Bem-Estar. Nesse mesmo período, somam-se a essas Comissões, outras de atuação específica, além de outros órgãos e agências, totalizando 22 instituições estatais, incluindo a criação da Petrobrás, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) (GOUVÊA e MENDONÇA, 2006).

Por se tratarem de órgãos setoriais, essas Comissões eram subordinadas à Presidência da República (poder executivo) funcionando através de um presidente, de representantes tanto dos ministérios quanto do setor privado (indústria, comércio, agricultura). Tratava-se de uma nova gestão estatal que apresentava um padrão inédito de atuação do Estado: a empresa pública voltada para estudos e pesquisas e a vinculação setorial do empresariado a projetos nodais

de desenvolvimento, evidenciando um modo distinto de inserção dos interesses privados nas estruturas do Estado.

A Mensagem Presidencial de 1951 explicitou as relações entre desenvolvimento econômico e educação ao colocar em evidência que *num país de grandes desníveis sociais e econômicos, como o nosso, um dos mais fecundos investimentos para a elevação de nossa riqueza e, em consequência, de nosso padrão de vida, é a educação de massas* (INEP, 1987, p.199). A mensagem evidencia a preocupação em viabilizar o crescimento educacional para possibilitar o crescimento econômico.

Dando prosseguimento ao reaparelhamento estatal, em 1952, Vargas anuncia oficialmente uma reforma administrativa radical, que em muito expressa o que já vinha sendo encaminhado. Tratava-se de uma reforma centrada em três pontos: gestão de um sistema duplo de coordenação, transformação do sistema de distribuição e redistribuição dos fundos públicos e um conjunto de medidas envolvendo o importante desmembramento de órgãos e ministérios.

O sistema duplo de coordenação conjugava um sistema direto, através das comissões interministeriais, e outro indireto, através da coordenação de todos os projetos e atividades por meio de um Conselho de Planejamento e Coordenação, a ser constituído junto à Presidência da República. A função desse sistema era descentralizar a administração, amparando-a com um mecanismo de coordenação que garantiria o controle, a unidade e a harmonia da ação governamental. Tendo sido em parte adotado por Vargas, o sistema duplo de coordenação evidencia pontos em comum com a estratégia política de administração paralela amplamente adotada, posteriormente, por Juscelino Kubitschek.

O outro sistema proposto envolvia a distribuição e redistribuição dos fundos que no entender de Draibe *apoiava-se em experiências de movimentação de dinheiro que os ministérios militares ou certas campanhas nacionais já faziam, propondo generalizá-las para toda a administração*. Além de estratégias políticas poderosas na simplificação de procedimentos contábeis e orçamentários frente ao Tribunal de Contas, esses mecanismos acabavam despertando a participação e mobilização das massas atuando enquanto instrumental da ideologia estatal vigente. Nesse sentido, vale assinalar a adoção que Vargas faz do termo "campanha" para cunhar diferentes instituições criadas no bojo do sistema duplo

de coordenação (1985, p. 227).

Dois outros aspectos têm papel fundamental na ação governamental implementada por Vargas: a ideologia e a prática do planejamento, incorporadas pelo poder público como componentes cada vez mais necessários ao Estado num movimento de progressiva racionalização da política econômica governamental, trazendo como conseqüência a valorização do “técnico” e a formação de uma “tecnocracia”. Neste item, cabe acentuar que o planejamento educacional é uma das bandeiras mais consistentes para a criação do CBPE.

A queda do governo Vargas em 1954, fruto de um complexo quadro político e econômico repleto de contradições, ocasionou a assunção de Café Filho ao poder. Cabe observar que sucedendo a um governo deposto por pressões de grupos contrários à política de cunho nacionalista-populista anteriormente implementada, o governo Café Filho criou em 1955 – numa postura no mínimo surpreendente - o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), pois segundo Pécaut (1990, p. 107), [...] *o ISEB alcançou uma tal projeção nos meios intelectuais que se tornou o símbolo da síntese nacional-desenvolvimentista antes de tornar-se o símbolo da síntese nacional-populista e, depois, da síntese nacional-marxista*. De todas as formas, uma flagrante contradição em relação aos objetivos políticos das forças que pressionaram e derrubaram o governo Vargas.

Vale ressaltar que o governo Vargas contou com os seguintes Ministros titulares da pasta de Educação: Ernesto Simões Filho (BA), Antônio Balbino (BA) e Edgar Rego Santos (BA).

Após as breves gestões de Carlos Luz e Nereu Ramos, as eleições presidenciais apontaram a vitória de Juscelino Kubitschek. Grande parte dos aspectos mais marcantes do governo Kubitschek está relacionada com um determinado momento econômico mundial, expresso na fase final de constituição da divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, a concretização de um patamar mais avançado do processo de industrialização se apóia na integração da economia nacional e do capital nacional ao esquema de divisão internacional do trabalho do pós-guerra, ao longo dos anos 1950.

No âmbito das políticas econômicas adotadas, a grande diferença do governo Kubitschek em relação ao segundo governo Vargas é a constatação de uma transição (casual ou deliberada) de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional *para uma política orientada para o desenvolvimento*

*econômico dependente ou associado* (IANNI, 1986, p. 159). Mais uma vez, ao longo de todo esse processo que marca a segunda metade dos anos 1950, o Estado teve uma atuação direta.

Paralelamente, em se tratando dos aspectos endógenos, o país e a sociedade brasileira começavam a assimilar positivamente uma prática governamental pautada numa política econômica planejada, encaminhada anteriormente pelo governo Vargas; a acumulação das experiências anteriores, a sedimentação do debate técnico e político envolvendo temáticas como desenvolvimento, industrialização, economia nacional, planejamento, emancipação econômica etc. haviam preparado os grupos políticos e econômicos dominantes para aceitar e levar adiante a política econômica governamental.

Nesse contexto, a iniciativa estatal concretizou o Plano de Metas que no entender de Benevides havia incorporado *aspectos de planos anteriores, e principalmente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos [...] e do grupo CEPAL-BNDE [...] de maneira mais ampla e sistemática, o Programa de Metas consistia no planejamento de 31 metas distribuídas em seis grandes grupos [...]: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação (meta 30) e construção de Brasília, a meta síntese* (1976, p. 210).

Articulada ao Plano de Metas, a administração de Kubitschek, além de assimilar os instrumentos e aparelhos de política e regulação econômica herdados do segundo governo Vargas, acabou criando novas formas de articulação política, tendo em vista elevar a coordenação e o controle dos investimentos públicos (Conselho de Desenvolvimento e o próprio Plano de Metas) e dos investimentos privados (Grupos Executivos). Dentro dessa nova dinâmica, três aspectos expressam a essência da administração Kubitschek.

O primeiro aspecto refere-se ao sucesso da articulação estabelecida entre os nexos de interesse, expressa num tripé constituído pelo Estado, pelo capital estrangeiro e pelo empresariado nacional, voltados para a criação de uma estrutura industrial mais avançada e integrada à nova divisão internacional do trabalho. Encaminhada pelo núcleo político do governo, essa estratégia, que tinha no "desenvolvimentismo" sua expressão ideológica e política, atuava de forma a minimizar as possíveis resistências através da negociação de interesses.

O segundo aspecto se expressou na concepção e concretização de uma estrutura de poder informal, paralela, eficiente e vinculada diretamente à

Presidência, cujo caráter não-institucionalizado e provisório permitiu circundar as velhas resistências ideológicas à criação de uma instância superior de planejamento, de coordenação do gasto e do investimento público e, ademais, superar os entraves impostos por segmentos burocráticos tradicionais (DRAIBE, 1985). A criação do CBPE estava incluída nessa modalidade administrativa que expressou um aperfeiçoamento do “sistema duplo de coordenação” introduzido no segundo governo Vargas.

A “administração paralela” representou a resposta do governo Kubitschek à necessidade de uma eficácia gerencial na emperrada burocracia estatal e propiciou o surgimento de um olhar privilegiado para os órgãos que já eram considerados eficientes como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC); e mais os novos órgãos criados como os Grupos Executivos, os Grupos de Trabalho e o Conselho de Política Aduaneira (CPA).

Benevides afirma que [...] *a administração paralela era, portanto, um esquema racional, dentro da lógica do sistema – evitando o imobilismo do sistema sem ter que contestá-lo radicalmente – uma vez que os novos órgãos funcionavam como centros de assessoria e execução, enquanto que os antigos continuavam a corresponder aos interesses da política de clientela ainda vigente* [...] (1976, p. 224). Constituindo-se uma expressão dessa “administração paralela”, o próprio Plano de Metas jamais teria se concretizado se tivesse que passar pelos tradicionais processos de tramitação legislativa, caracterizados por intermináveis negociações.

E, finalmente, o terceiro aspecto sinaliza uma opção de política estatal centrada em soluções de conveniência, sem restrições quanto a encaminhamentos marginais; o objetivo maior da ação governamental era conseguir um gradativo avanço do grau de coordenação e o esforço de investimento público, sem que se necessitasse recorrer a uma reforma administrativa, fiscal e financeira de profundidade no país, possíveis expressões dos futuros impasses que culminariam na crise de 1964. Dentre as constatações possíveis sobre o tipo de ação governamental adotada por Kubitschek, frente às políticas sociais, tais como saúde e educação, permanecem sendo gestadas e implementadas num processo semelhante ao do governo anterior.

O governo de Juscelino Kubitschek, num reflexo das conseqüências do

fortalecimento do capital estrangeiro, no plano político fomentou o nacionalismo e no plano econômico desnacionalizou o processo de industrialização. A política governamental, mediante posições tão antagônicas, acelerou a entrada no país das grandes empresas internacionais visto que as indústrias de consumo durável, que faltavam para completar o processo de substituição de importações, requeriam um alto investimento para a sua implantação.

Dessa forma, o capital estrangeiro passou a dominar o panorama econômico brasileiro. Portanto, findo o período fácil desse modelo de substituição emergem as contradições que permearam os governos de Jânio Quadros e de João Goulart - antes contornadas pelo denominador comum da meta da industrialização - mas que nesse momento, já consolidada, se mostraram irreconciliáveis.

Vale destacar que o governo Kubitschek contou com os seguintes Ministros titulares da pasta de Educação: Abgar Renault (MG), Clóvis Salgado (MG) e Pedro Paulo Penido (MG).

O governo Jânio Quadros, apesar da brevidade, 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961 – vivenciou um tempo conturbado da vida brasileira onde vários acontecimentos se desenrolaram num ritmo vertiginoso. Coube ao governo Quadros, eleito pela coligação formada pelo Partido Democrata Cristão (PDC), União Democrática Nacional (UDN), Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), a difícil tarefa de conciliar o inconciliável: um discurso político nacionalista e uma ação econômica internacionalista por parte do Estado. Uma agenda incontrolável. Mais, ainda, em se tratando de um presidente sem maioria parlamentar no Congresso.

A coligação que sustentou Jânio Quadros elegeu 23 senadores – dentre os 63 possíveis – porém o apoio da UDN que tinha uma bancada com 19 senadores era parcial. Na Câmara a situação era ainda mais desconfortável haja vista que dos 326 deputados federais eleitos somente 103 pertenciam à base governista – sendo que nesta legislatura a UDN tinha 70 deputados (IBGE, 1988). A frágil coligação, segundo Lamounier (2005), tinha um partido de caráter nacional que era a UDN e três partidos que embora pequenos apresentavam alguma relevância: o PDC, o PL e o PR. Havia outra perspectiva preocupante, um presidente que obteve 5.636.623 votos, porém com setenta e oito por cento dos votos obtidos em cinco estados: São Paulo (1.588.593), Minas Gerais (692.044), Rio Grande do Sul (541.331), Guanabara (418.813) e Rio de Janeiro (245.655), numa preocupante concentração

eleitoral na região sudeste, à exceção do Rio Grande do Sul.

Assim, com a balança do poder desfavorável, [...] *Jânio tentou uma maior centralização de poderes através da adoção de uma mecânica de decisões que diminuísse o peso do Congresso Nacional e ampliasse a esfera de competência da Presidência. Além disso, começou a promover reuniões com os governadores para discutir suas reivindicações* (MAYER e XAVIER, 2001, p. 4.823). A busca de maior envergadura para a Presidência da República na área administrativa foi apenas o início de um movimento que iria se consolidar em todas as áreas de atuação do governo Quadros na tentativa de neutralizar as forças políticas oposicionistas. Mas, a discordância em relação a diversas medidas de caráter governista muitas vezes encontrava forte eco nas próprias hostes governistas – não raramente através dos auxiliares do primeiro escalão.

Entende, agora, o leitor porque utilizei o adjetivo “vertiginoso” para qualificar o tempo histórico em tela? Desta forma, tenho a necessidade de relacionar a pressa institucional com a desorganização da aplicação de recursos financeiros por parte do poder público. Uma breve análise que tem como aspecto central os recursos financeiros para a educação.

A Mensagem Presidencial enviada por Jânio ao Congresso no início dos trabalhos legislativos de 1961 acena para os seguintes movimentos na área educacional: reforma da organização do MEC (aguardando desfecho de votação da lei de diretrizes e bases); afirmação de liberdade à iniciativa privada (desde que respeitadas as leis regulamentares); melhoramento do ensino primário (via auxílio financeiro, assistência técnica, aperfeiçoamento de pessoal docente e administrativo, manutenção de escolas experimentais e realização de pesquisas); combate ao sistema dual de ensino prevalecente no nível médio (através da criação de um eixo comum para os cursos do ensino médio); estabelecimento das necessidades de formação de pessoal de nível superior; atenção ao ensino técnico-profissional, compromisso de aplicação dos dez por cento de renda resultante de impostos; criação do Conselho Nacional de Cultura e, por fim, guerra ao analfabetismo.

Muitas intenções e poucas realizações para um período breve de governo. Porém, um aspecto me chama atenção: uma administração dependente de apoios políticos e em franco “namoro” com outras instâncias do executivo (governadores e prefeitos) poderia cumprir tais compromissos organizadamente? Penso que não.

O exemplo vem dos recursos financeiros destinados à educação.

As reuniões promovidas com governadores em busca de apoio político ditaram a agenda do poder central e, ao mesmo tempo, comprometeram de maneira séria qualquer tipo de planejamento de gastos públicos com a educação. Neste ponto volto a me valer do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pois a primeira reunião com governadores (representados: RGS, SC e PR) realizada em março de 1961 em Florianópolis não teve como consequência direta o envolvimento de verbas da educação, porém a segunda reunião que aconteceu abril de 1961 com os governadores de Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Acre determinou a criação de uma escola de agronomia e uma faculdade de filosofia em Campo Grande (não por acaso a terra natal de Quadros) e a terceira realizada em João Pessoa em maio ocasionou a liberação de verbas para a Universidade da Paraíba e o ginásio industrial do mesmo estado, somente os governadores da Paraíba e de Pernambuco estiveram presentes.

A quarta e última reunião deste tipo ocorreu no Rio de Janeiro em junho – envolvendo os governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Carvalho Pinto (São Paulo) e Celso Peçanha (Rio de Janeiro) e merece destaque haja vista ter sido a que cobrou o maior tributo aos cofres públicos federais. Para obter precisão acompanho Mayer e Xavier (ibidem, p. 4.823) ao afirmarem que: [...] *o primeiro estado (Guanabara) recebeu verbas para água, esgoto, favelas, hospitais, prevenção de enchentes, assistência ao menor, turismo, penitenciária, educação e indústria, num total de quatro bilhões de cruzeiros*. Detalhe: Carlos Lacerda foi um dos principais avalistas do apoio da União Democrática Nacional (UDN) à candidatura presidencial de Jânio pela referida coligação. Mas, voltemos à reunião. Seguindo: [...] *o estado do Rio foi contemplado com 1,3 bilhões de cruzeiros, para aplicar (dentre outros programas) [...] na criação de escolas de agronomia, serviço social e filosofia em Campos*. Importante: o estado do Rio foi um dos cinco maiores redutos eleitorais de Jânio nas eleições presidenciais e foi do Rio o escolhido para o cargo de titular da pasta de Educação: Brígido Fernandes Tinoco. Por último: São Paulo, estado governado por Carvalho Pinto cuja candidatura foi articulada pelo próprio Jânio. Assim, *São Paulo recebeu 12 bilhões destinados à Usina de Urubupungá e quinhentos milhões para a instalação de cursos primários e técnicos*.

Veja, o que está em jogo na minha crítica são a desorganização e a ausência de planejamento na aplicação dos recursos públicos e não o mérito de tal ou qual investimento, em tal ou qual unidade da federação. Posto isto: cerca de dois meses após a última reunião com governadores ocorreria a renúncia de Jânio Quadros.

A renúncia de Quadros trouxe mais turbulência à já conturbada situação do país. O processo natural e constitucional de substituição do ex-presidente deveria levar ao poder o seu vice que era João Goulart, porém se a UDN e setores militares tinham desconfianças em relação a Jânio o que dizer de Goulart - político que junto com Vargas organizou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1945 no Rio Grande do Sul, eleito deputado federal em 1951, eleito presidente do PTB em 1952, escolhido Ministro do Trabalho do governo Vargas em 1953, eleito vice-presidente da República em 1955 na chapa de JK com o apoio de Luís Carlos Prestes através de carta e, posteriormente, pelas páginas do jornal *Imprensa Popular* como manifesto em nome do Partido Comunista do Brasil (PCB), sendo novamente eleito para a vice-presidência nas eleições de 1960 (FERREIRA, 2006).

Um enredo consistente para ser desenvolvido e tocado pela “Banda de Música” regida pela UDN e especializada em denúncias de corrupção administrativa. A intensidade dos protestos udenistas, a participação de Carlos Lacerda através de parte da imprensa e o envolvimento de parcela das forças armadas impediu a continuidade do regime presidencialista... toma posse Goulart e ingressa o Brasil na sua fase parlamentarista com o visível enfraquecimento dos poderes da Presidência da República.

O espaço desta tese não comportaria um estudo sobre o parlamentarismo no Brasil. Pretendo apenas situar o leitor em relação ao período de duração de cada gabinete e quanto ao titular da pasta de Educação. Pois bem, Gabinete Tancredo Neves – 08 de setembro de 1961 a 26 de junho de 1962 – Ministro da Educação: Antônio de Oliveira Brito (BA); Gabinete Brochado da Rocha – 13 de julho de 1962 a 14 de setembro de 1962 – Ministro da Educação: Roberto Lira (PE) e, por fim, o Gabinete Hermes Lima – 18 de setembro de 1962 a 06 de janeiro de 1963 (data do plebiscito que estabeleceu o retorno ao sistema presidencialista) cujo o Ministro da Educação foi Darci Ribeiro (MG).

Abro o espaço destinado ao governo Goulart com uma observação de Marieta de Moraes Ferreira no livro “João Goulart: entre a memória e a história” publicado em 2006 que entendo merecer apreço: *A memória referente a João Goulart e seu governo tem sido pouco investigada nos meios acadêmicos e também tem recebido pouca atenção de atores sociais variados como políticos profissionais, jornalistas e produtores culturais [...]*. Afirma a historiadora que *vários trabalhos já foram publicados sobre diferentes dimensões dessa conjuntura, enfatizando especialmente aspectos da crise econômica e partidária e conclui que O personagem histórico de João Goulart, porém, não ocupa papel central na maioria dos estudos*. Obviamente, ao tema desta tese escapa a tarefa proposta por Ferreira, mas parece que é importante deixar o registro do quanto a cristalização da imagem de uma ator ou de uma instituição pode ocasionar de prejuízo para caminhos outros de análise, interpretações férteis que precisam de ousadia do escritor para se estabelecerem. Tal aspecto merece realce pois tentarei nos próximos capítulos entrelaçar história cultural, história política e memória social.

O governo Goulart nasce, como visto anteriormente, sob o signo do parlamentarismo que durou dezesseis meses e tem num segundo momento o presidencialismo por quinze meses até a sua deposição. Um governo sitiado pelas exigências tanto da esquerda revolucionária quanto do centro e marcado *por uma luta insana da elite política udenista (derrotada pelo suicídio de Vargas e pela renúncia de Jânio Quadros) para assumir o poder no país* (MELO, BASTOS E ARAÚJO, 2006, p. 79). Portanto, mais complexo do que qualificar Goulart como um político indeciso é o entendimento do contexto histórico brasileiro à época, um emaranhado de interesses e de fios esgarçados até o último ponto possível num processo de radicalização política que teve início e desenvolvimento nos três governos aqui estudados. Radicalização que encontrou esteio na grave situação econômica brasileira incluindo a perda de investimentos e créditos do exterior.

Publicado a 30 de dezembro de 1962 o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi elaborado por um grupo capitaneado pelo economista Celso Furtado. De um total de oito objetivos estratégicos o item quatro contemplava a educação, a pesquisa, a tecnologia e a saúde. O plano numa leitura geral acenava para o prosseguimento do modelo nacional-desenvolvimentismo. Todavia, a espiral inflacionária que possibilitou um aumento geral de preços em

torno de cinquenta por cento em 1962 e mais a queda da taxa de crescimento pela metade em relação ao ano anterior não conferiam credibilidade e, mais além, margem de possibilidade de serem atingidas as metas propostas pelo Plano Trienal.

Especificamente no campo educacional, as dificuldades seriam ainda maiores para o cumprimento das metas haja vista que o plano estabelecia, conforme a Mensagem Presidencial de 1963, que *a quota mínima de 10% do orçamento da União que a Constituição manda destinar às despesas com a educação seja elevada, em 1964, para 15% e, em 1965, para 20%* (INEP, 1987, p. 361). Difícil missão para um Estado que de forma desorganizada e cercado por todos os lados tentava cumprir a quota mínima estabelecida pela Constituição Federal. Apenas para que eu possa dar sustância às afirmações feitas, resolvi estudar o texto da Mensagem Presidencial de 1964 elaborada pelo governo Goulart. Uma extensa mensagem no que se refere à educação, porém não há qualquer menção às despesas e investimentos na área educacional... sequer o cumprimento constitucional dos 10%.

O período presidencialista do governo de João Goulart teve os seguintes ocupantes do cargo de Ministro da Educação: Theotônio Maurício Monteiro de Barros Filho (SP) e Paulo de Tarso Santos (MG).

#### **1.4 Um Grupo... Um Projeto... Uma Instituição**

Entendo que seja necessário explicar que a elaboração deste breve apanhado dos governos da República que se estabeleceram de 1951 a 1964 tenha como objetivo possibilitar todo o desenvolvimento desta tese. Explico: a contextualização da história política brasileira representa o chão de sustentação de todos os demais capítulos da tese. Penso que elucidar tal opção significar estabelecer raízes para o crescimento deste estudo e me permite adentrar nas questões atinentes à existência de um projeto e à construção de uma rede de caráter institucional, mas que em momento algum descuidou das relações pessoais.

Assim, buscarei trabalhar uma rede que, a meu ver, trouxe no seu bojo a

existência de um projeto. Projeto entendido como [...] *instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos consolidando a sua existência como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo* (VELHO, 1997, p.103). Portanto, um projeto que estava ligado à idéia de indivíduo-sujeito, mesmo se tratando de um ator coletivo, pois [...] *um projeto coletivo supõe sempre a imbricação de uma série de projetos individuais distintos* (MENDONÇA, 1997, p. 30).

Mediante as leituras e pesquisas documentais feitas sobre o INEP na gestão de Anísio Teixeira, ousou afirmar a existência de um projeto extremamente arrojado e inovador para a época que buscou configurar a unidade dentro da diversidade, o nacional a partir do regional e – por mais paradoxal que possa parecer - a centralização como ponto de partida para a descentralização do sistema educacional brasileiro. Enfim, uma rede em ação.

Portanto, tento estabelecer uma relação entre esta intervenção e as práticas utilizadas para a sua concretização num processo que entende que o exercício dessas práticas está imbricado com o exercício do poder e mais do que isso como a possibilidade de constituição de uma “memória” institucional para a posteridade via os impressos, no caso específico deste projeto: os impressos do CBPE.

Após a definição das bases teórico-metodológicas e da contextualização histórico- política deste trabalho sinto a necessidade de apresentar um breve balanço da historiografia brasileira em um campo específico: a imprensa pedagógica. Para tal, empreendi um levantamento que parte do I Congresso de História da Educação promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) no ano 2000, Rio de Janeiro, e se encerra em 2006 no IV Congresso realizado em Goiânia.

A leitura dos anais do IV congresso possibilitou detectar as permanências de estudos relacionados à imprensa pedagógica e o cruzamento dos anais do I congresso com o Currículo Lattes dos pesquisadores e dos grupos de pesquisa que se dedicam à temática revelou a existência de uma segunda geração de pesquisadores que estudam a imprensa pedagógica brasileira.

Cabe destacar a existência de um processo de consolidação deste campo de estudos no âmbito da historiografia brasileira que *Nos últimos anos tem sido amplamente reconfigurada por redefinições temáticas, conceituais e*

*metodológicas que põem em questão a sua forma tradicional* (CARVALHO, 1997, p. 329). Desta feita, explorei os trabalhos realizados na década de 1990 com destaque para Marta Maria Chagas de Carvalho, Zaia Brandão, Ana Waleska P. C. Mendonça, Libânia Nacif Xavier, Maria Rita Toledo e Denice Bárbara Catani.

Apenas para ilustrar aquilo que estou denominando de segunda geração de estudos sobre imprensa pedagógica citarei um caso: a pesquisadora Andréia Maria Lopes Dantas na sua tese de doutorado “A urdidura da revista brasileira de estudos pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: a gestão Lourenço Filho (1938-1946)” teve a orientação de Marta Maria Chagas de Carvalho na PUC-SP, em 2001.

Ao pesquisar o Currículo Lattes de Andréia Lopes Dantas, em 2007, encontro a mesma envolvida com uma linha de pesquisa do Departamento de Educação da Universidade Federal do Acre intitulada “A história do impresso” dividida em dois projetos: “Memória e Educação: repertório analítico da imprensa acreana (1906-1960)” e “Livros Escolares para a educação da infância: produção, circulação e usos” na perspectiva teórico-metodológica da nova história cultural dando, portanto, prosseguimento aos estudos e pesquisas do doutorado, configurando a existência de uma segunda geração de pesquisadores envolvidos com a temática.

Ao dar continuidade aos bastidores da pesquisa, devo explicar a escolha do título da tese. O título surgiu no percurso de quatro meses – abril a julho de 2007 – numa dedicação de dez a doze horas de leituras diárias. As leituras dos artigos e livros de Anísio Teixeira e, em especial, as correspondências entre Teixeira e diversos interlocutores. Tais materiais começaram a evidenciar uma constância: a presença de palavras e expressões que tinham como referência a “guerra”. Assim, palavras como “batalha”, “luta”, “derrota” e “vitória” eram facilmente encontráveis no material lido como momentos da “guerra” pelo controle da educação.

A questão que ora examino não havia passado despercebida por Diana Gonçalves Vidal que ao publicar em 2000 o livro “Na batalha da educação” trouxe à cena a correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo no período de 1929 a 1971. Porém, percebi que outras correspondências traziam o mesmo tom e, mais do que isto, cada espaço ou território de divulgação de idéias era disputado numa luta de trincheiras – lenta e com inúmeras perdas para ambos

os lados. Cada manifesto, cada artigo, cada congresso, cada impresso era arma que alimentava a guerra.

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 foi um momento privilegiado para uma grande convocação para a guerra e, após vinte e sete anos de lutas, veio o Manifesto de reconvocação de 1959 – a união de velhos e novos soldados, dos velhos pioneiros com os novos cientistas sociais – para tentar de novo avançar no front. Deste modo, “tudo de novo no front” apresenta dois sentidos: novamente os velhos companheiros de trincheiras em ação e a novidade do fortalecimento do exército com os novos soldados vindos de outros campos.

Estou de acordo com Xavier (1999, p. 14) ao afirmar que o CBPE foi um *ponto de encontro das duas gerações de intelectuais e foco de combate na disputa pela implementação de projetos diferenciados de construção do Estado brasileiro pela via da educação*. Portanto, um projeto que no dizer de Lopes buscou *dar um sentido novo à área de educação, que ultrapassasse o pedagógico e o psicológico, uma vez que Anísio demonstrou possuir uma concepção mais ampla, ao articular a educação às ciências sociais* (2005, p.9).

Desejo aduzir a estas falas a anterioridade do investimento de Teixeira nesta articulação entre educação e ciências sociais presente nos estudos de comunidade ocorridos na Bahia na segunda gestão de Anísio como Secretário de Educação e Saúde no período de 1947 a 1950. Neste último ano, teve início o convênio entre o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia e a Columbia University que certamente contribuiu para a posterior criação do CBPE.

Assim, me apropriei às avessas da tradução livre do título do livro de Erich Maria Remarque “Nada de novo no front” publicado em 1929 que aborda o cenário da I guerra mundial – uma guerra de trincheiras com lentos avanços e recuos pragmáticos como estratégias de guerra para compor o título desta tese. Ainda sobre o título, cabe acrescentar que o período de gestão anunciado no título corresponde à compreensão que o discurso de posse de Anísio no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) assinala o momento fundador do CBPE – 1952.

Além do explicitado, é necessário assinalar que os momentos antecedentes à criação do CBPE foram marcados por discordâncias na discussão do plano de trabalho do Centro e dos diferentes critérios para a escolha dos dirigentes tanto do CBPE quanto da escolha do local e da direção de cada Centro Regional de Pesquisa Educacional (CRPE) como uma estratégia de novas alianças para o alcance de antigas aspirações.

Ainda no rol das estratégias - e neste ponto as definições de Certeau (2004; 2005) sobre estratégias e táticas serão acompanhadas pelas questões atinentes à materialidade do impresso levantadas por Chartier (1990) - a escritura dos capítulos III, IV, e V terão nos impressos do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e suas estratégias de legitimação institucional um local privilegiado: o objeto de estudo desta tese. Dentre as publicações do CBPE receberão destaque o Boletim Mensal do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (BMCBPE) por se tratar de um impresso ainda não estudado pela historiografia da educação brasileira; o Boletim/Revista Educação e Ciências Sociais (RECS) e Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP).

Assim, a abordagem pensará o impresso como um dos elementos centrais para a constituição de uma rede e de um projeto pelo seu poder de disseminação das estratégias de articulação, intervenção e legitimação de uma instituição: o CBPE e, conseqüentemente, a legitimação da memória de um determinado grupo. Um grupo que exerceu em determinado momento o seu poder frente aos demais. Desta forma, o impresso “expressa” as idéias oriundas deste local de poder.

Após esta inserção nos bastidores da pesquisa e depois de tantas confissões, parece assentado o caminho para o início do trabalho com o objeto de pesquisa: os impressos do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Certo, meu leitor? Bem... não. Não será desta forma o início da escritura desta tese. Vou explicar: precisava tentar encontrar respostas para alguns questionamentos que há anos me inquietam: Como Anísio Teixeira conseguiu permanecer em altos cargos do Ministério da Educação durante treze anos num período – 1951 a 1964 - que assistiu à passagem de treze ministros? A excessiva concentração de poder nas mãos de Anísio no âmbito do Ministério não teria prejudicado a execução de várias metas propostas para o período devido às forças refratárias às suas posições no campo educacional? Como um denominado “apolítico” foi tão perseguido por executar “políticas” radicais, segundo a classificação dos seus opositores?

Perguntas que tentarei responder na elaboração do capítulo II “ANÍSIO TEIXEIRA E OS TREZE MINISTROS: A “DOCE” ESTRATÉGIA DE UM “APOLÍTICO” sem qualquer intenção de colocar um ponto final nas discussões, mas como uma contribuição que espero relevante para estudos futuros. O capítulo II é a tentativa do pagamento de uma dívida contraída em 1999 com o meu grupo de pesquisas da PUC-Rio. A minha entrada no referido grupo se deu por afinidades da linha de pesquisa com a temática da minha dissertação de mestrado.

Até aí... nada se diferencia de outras tantas incursões. Todavia, o grupo estava iniciando uma pesquisa sobre a formação de mestres e a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil e uma incursão nas instituições criadas por Anísio para atingir tais objetivos – dentre elas a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES). Neste ponto, localizo a gênese deste capítulo.

As primeiras aproximações com a CAPES se deram por meio de documentos publicados pela própria instituição. Documentos que forneceram as dimensões iniciais da Campanha e possibilitaram as primeiras aproximações com os arquivos presentes no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

Mas, foi o encontro da coleção completa do Boletim da CAPES na biblioteca do Museu Nacional é que trouxe destaque a um ponto que, até então, passara despercebido: uma análise dos créditos de apresentação dos membros diretores da CAPES que buscava captar as mudanças nos quadros dirigentes acabou por revelar a constante mudança dos Ministros da Educação (de 1951 a 1964 – treze ministros) e a permanência de Anísio Teixeira à frente da instituição. Como?

Assim, sem ignorar toda a competência intelectual de Anísio, o capítulo busca evidenciar a utilização da política e as afinidades regionais que contribuíram para uma carreira de sucesso nas diferentes instâncias do poder público e, vale acrescentar, será uma tentativa de aprofundar um ponto que há muito é defendido por Marta Maria Chagas de Carvalho: a geração dos pioneiros da Escola Nova não despolitizou o campo educacional, mas, sim, colocou a politização em outros termos (CARVALHO, 1988b). Em que termos? O leitor encontrará possíveis respostas ao ler o capítulo.

A multiplicação dos impressos com a finalidade de legitimação do CBPE é a alma do capítulo III “DOIS BOLETINS, DUAS REVISTAS E UM DESTINO: A MULTIPLICAÇÃO DOS PERIÓDICOS COMO ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO DO CBPE”. Uma multiplicação que somente foi compreendida conforme foi avançando o trabalho de leitura do Boletim Mensal do CBPE (inicialmente, seria somente este o impresso estudado), porém o surgimento de evidências de utilização de outros periódicos para o que venho denominando como “estratégia institucional” solicitou um redirecionamento do olhar para a Revista Educação e Ciências Sociais e para a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Triplicação do trabalho... mas, triplicação de possibilidades de pensar um conjunto de impressos com basilares de um projeto de legitimação institucional.

Desta forma, fiz um mapeamento completo dos 89 números do Boletim Mensal do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais em todas as seções de cada número publicado até dezembro de 1964, dos 21 números da Revista Educação e Ciências Sociais também em todas as seções e um mapeamento das seções “Idéias e debates”, “Documentação” e “Através de revistas e jornais” da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do número 46 de abril-junho de 1952 até o número 93 de janeiro-março de 1964.

O capítulo IV “ENTRE VIAGENS E VISITAS: O CBPE À SOMBRA DO CÉU PAN-AMERICANO (1957-1960)” corresponde ao primeiro período de estudos dos impressos publicados pelo CBPE - definido por mim como marco da primeira fase do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais por apresentar relação direta com o processo de instalação e organização dos cinco Centros Regionais, a saber: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (1956); Recife e Bahia (1957).

Assim, utilizei como bússola 41 primeiros números do BMCBPE, 15 primeiros números da RECS e 36 números da RBEP que espelham todo o processo de criação do CBPE, o processo de montagem dos quadros de funcionários tanto do nível central como dos Centros Regionais num cuidadoso trabalho que ultrapassou os limites do marco legislativo/oficial e buscou o entendimento do cotidiano institucional. Assim, afirmo que somente em fins de 1960 diminui sensivelmente a contratação de pessoal especializado e começam os centros a funcionar com organização bastante semelhante ao nível central,

logicamente com o resguardo necessário para as diferentes exigências do CBPE face aos seus Centros Regionais.

O período definido para este capítulo revela também a intensa mobilização institucional face aos debates para a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que seria aprovada em 20 de dezembro de 1961 com o número 4.024. Busco captar o empenho de diferentes atores que defenderam um determinado projeto pelas páginas da Revista Educação e Ciências Sociais, do Boletim Mensal do CBPE e da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e em outras instâncias como fóruns, debates, seminários e conferências numa guerra pelo controle dos caminhos a serem seguidos pela educação nacional.

“O CONSELHO FEDERAL COMO MEIO E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA COMO FIM... 1961-1964” é título do quinto e último capítulo desta tese. O capítulo defende a idéia que aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) com perdas para ambos os lados da contenda, a atenção volta-se para as regulamentações necessárias à referida Lei e para a elaboração do Plano Nacional de Educação solicitado pela própria LDBEN. Assim, aparecem com intensidade as decisões no âmbito do Conselho Federal de Educação (CFE) em todos os impressos sob a tutela do CBPE. Devo acrescentar que paralelo a tudo isto ocorre um período de definição de rumos da Universidade de Brasília que transparece também nas páginas dos impressos institucionais do CBPE.

Desejo esclarecer que ao final de cada capítulo da tese haverá um espaço dedicado a imagens importantes relativas ao abordado em cada um dos capítulos com o título “DE FATOS E FOTOS”.

## DE FATOS E FOTOS

FOTOS GENTILMENTE CEDIDAS PELO CPDOC DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

FOTO 01 – GETÚLIO VARGAS À DIREITA COM O GOVERNADOR DE SÃO PAULO ADEMAR DE BARROS. GETÚLIO EM CAMPANHA PRESIDENCIAL – SP – ENTRE 09 DE AGOSTO E 30 DE SETEMBRO DE 1950.

FOTO 02 – GETÚLIO VARGAS AO CENTRO. SEGUNDO À ESQUERDA, LEONEL BRIZOLA – RGS – ITAQUI - ESTÂNCIA DE ITU – 1950.

FOTO 03 - VARGAS EM VITÓRIA – ES – CAMPANHA PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - ENTRE 09 DE AGOSTO E 30 DE SETEMBRO DE 1950.

FOTO 04 – JOÃO CAFÉ FILHO – PERÍODO PRESIDENCIAL: 24/08/1954 A 09/11/1955.

FOTO 05 – CALOS CIOMBRA DA LUZ – PERÍODO PRESIDENCIAL: 09/11/1955 A 11/11/1955.

FOTO 06 – NEREU DE OLIVEIRA RAMOS – PERÍODO PRESIDENCIAL: 11/11/1955 A 31/01/1956.

FOTO 07 – JUSCELINO KUBITSCHEK – GOVERNADOR DE MG – RECEBE A VISITA DE GETÚLIO VARGAS – PRESIDENTE DA REPÚBLICA – MG – 12 DE AGOSTO DE 1954.

FOTO 08 - JUSCELINO KUBITSCHEK ACENA PARA O POVO NO MOMENTO EM QUE TEM SEU NOME RATIFICADO PELA CONVENÇÃO NACIONAL DO PSD COMO CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – DF - 10 DE FEVEREIRO DE 1955.

FOTO 09 - FESTA DE POSSE DE JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART. JK, PRIMEIRO À ESQUERDA, – BRASÍLIA – 31 DE JANEIRO DE 1961.

FOTO 10 – PASCHOAL RANIERI MAZZILI – PERÍODO PRESIDENCIAL: 25/08/1961 A 06/09/1961.

FOTO 11 – PRESIDENTE JOÃO GOULART (CENTRO) E O PRIMEIRO-MINISTRO TANCREDO NEVES (À DIREITA) EM PALANQUE OFICIAL – ENTRE SETEMBRO DE 1961 E JUNHO DE 1962.



**FOTO 01**



**FOTO 02**



**FOTO 03**



**FOTO 04**



**FOTO 05**



**FOTO 06**



**FOTO 07**



**FOTO 08**



**FOTO 09**



**FOTO 10**



**FOTO 11**